



TOMADA DE PREÇOS 14/2014

A **PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MT** através da Comissão de Licitação nomeada pela Portaria n. 075/2014 torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar **LICITAÇÃO** na modalidade “**TOMADA DE PREÇOS**”, no tipo **Menor Preço** sob o regime de **Empreitada Global**, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e, ainda pelas disposições estabelecidas neste Edital, devendo a proposta comercial e respectiva documentação serem entregues à Comissão Permanente de Licitação, na sala de Licitações da Prefeitura de Mirassol D'Oeste, localizado à Rua Antônio Tavares, Número 3310, Bairro Centro, nesta cidade, até o dia **03 de dezembro de 2014 às 8 horas**.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE REDE DE ALTA TENSÃO NA E. M. INEDI F. C. QUEIROZ.** proj/ativ. 1170, em conformidade com as especificações e planilhas anexas ao Edital.

1.2 O **valor máximo** da obra está orçado em R\$116.233,37 (cento e dezesseis mil duzentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos), conforme planilha e cronograma físico-financeiro.

1.3 Não havendo expediente, por qualquer razão, na data estabelecida no preâmbulo deste Edital, a sessão inaugural será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidos horário e local.

2. DO EDITAL, NORMAIS LEGAIS E ESPECIFICAÇÕES

2.1 O edital e anexos encontram-se disponíveis para conhecimento dos interessados na sala de licitações da PMMO, de Segunda à Sexta-feira, das 07 as 13 h, até três dias úteis anteriores à data de abertura para as empresas não cadastradas, onde poderá ser adquirida a pasta contendo todos os elementos técnicos pertinentes. Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos com a Comissão de Licitação pelo telefone (65) 3241 1914/1915 e fax (65) 3241-3591 ou pelo e-mail: licitação@mirassoldoeste.mt.gov.br

2.2 Integram este edital dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo os seguintes anexos:

- I Termo de Compromisso
- II Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal
- III Declaração de que não se encontra cumprindo penalidades previstas no Artigo 87 da Lei 8.666/93
- IV Carta Proposta
- V Minuta do Futuro Contrato
- VI Planilha de execução e Cronograma
- VII Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.



2.3 O processamento e julgamento da presente licitação, bem como todos os procedimentos dela decorrentes, serão regidos pelas disposições da Lei N° 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, além das demais normas legais e regulamentos pertinentes à matéria, sujeitando-se os licitantes de forma **INCONDICIONAL E IRRESTRITAMENTE** as mesmas, além das especificações da PMMO.

2.4 A execução as obras em licitação obedecerá ao regime de **EMPREITADA INTEGRAL** e o tipo de licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do município de Mirassol D'Oeste, nos termos do art. 22, § 2º c/c 34, § 2º da Lei nº 8.666/93 ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observada a necessária qualificação.

3.2. Poderão participar desta licitação quaisquer licitantes que:

- a) no estatuto ou contrato social, especifiquem atividade compatível com o objeto licitado;
- b) comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos neste Edital;
- c) atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- d) que apresentem os documentos para cadastramento, junto à Seção de Licitações, até o terceiro dia anterior à data designada para a apresentação dos envelopes.

3.3. Estão impedidos de participar desta licitação, licitantes :

- a) consórcios de empresas, qualquer que sejam sua forma de constituição;
- b) suspensas de licitar ou contratar com o município de Mirassol D'Oeste/MT;
- c) que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- d) que possuam entre seus sócios servidor do município de Mirassol D'Oeste/MT;
- e) com falência decretada ou em recuperação judicial.

4. DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES)

4.1 Se a empresa se fizer representar por Procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular, neste último caso com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere poderes específicos para praticar todos os atos pertinentes ao certame, inclusive para recebimento de intimações e decisões sobre desistências ou não de recursos, acompanhada de documento de identificação pessoal do procurador (cópia autenticada) e contrato social e alterações que apontem a representação legal da pessoa jurídica (cópias simples);

4.2 Fazendo-se representar a licitante pelo seu Sócio - Gerente, Diretor ou proprietário, deverá apresentar contrato social e alterações que apontem quem representa a pessoa jurídica (cópias simples), acompanhado de documento de identificação pessoal do representante legal (cópia autenticada);

4.2.1 Poderão ser apresentadas cópias simples, acompanhadas dos originais, para conferência e autenticação pela Comissão.



4.3 A falta ou incorreção dos documentos mencionados para o credenciamento não implicará a exclusão da empresa do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma no curso da sessão.

4.4 Uma vez dado início à sessão não serão mais aceitos novos participantes no certame.

4.5 De comum acordo entre a Comissão e licitantes presentes, poderá ser estabelecido um prazo de tolerância para início da sessão.

4.6 Não se constitui motivo para exclusão do certame o Licitante que optar pelo encaminhamento da documentação e da proposta através de mensageiro, ECT ou outro meio disponível, desde que preservado o sigilo dos respectivos conteúdos e entregues dentro do prazo estabelecido neste Edital.

4.7 A comprovação de entrega dos envelopes à Comissão de Licitação, no prazo legal, para cujo encaminhamento tenha o Licitante utilizado os serviços dos Correios (ECT), outro meio equivalente ou, inclusive, entrega por intermédio de mensageiro, dar-se-á, quando necessária, mediante apresentação de Aviso de Recebimento (AR), outro documento equivalente, ou, até mesmo, simples recibo, não se responsabilizando a Prefeitura de Mirassol D'Oeste por eventual prejuízo na participação, decorrentes da não observância das condições acima estabelecidas.

4.8 Não será permitido em nenhuma hipótese o credenciamento de uma mesma pessoa para representar mais de uma empresa no mesmo certame licitatório.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1 Os documentos de habilitação e propostas, exigidos no presente edital, deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes fechados distintos e separados, endereçados à Presidência da Comissão de Licitação, cada qual contendo 01 (uma) via de todas as peças, identificados da seguinte forma:

Razão Social do Licitante
CNPJ do Licitante
Tomada de Preços nº 14/2014 – PMMO
ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO)

Razão Social do Licitante
CNPJ do Licitante
Tomada de Preços nº 14/2014 – PMMO
ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA)

5.2 Para fins de agilização da fase de habilitação do certame licitatório, todos os volumes deverão, preferencialmente, ser encadernados na ordem do edital e numerados, apresentando um Termo de Abertura, contendo na capa a titulação do conteúdo, o nome da licitante, o número da Tomada de Preços e estar com todas as folhas rubricadas. Não caberá ao licitante argüir sobre quaisquer situações que porventura venham ocorrer em decorrência da não observação das orientações acima.



5.3 Os documentos exigidos deverão ser apresentados por qualquer processo de cópias indeléveis devidamente autenticadas por Tabelionato, ou em cópias acompanhadas pelo original para conferência pela Comissão.

5.4 A ausência de dizeres na parte externa do envelope não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá regularizá-lo no ato da entrega, na presença das demais licitantes.

5.5 Caso eventualmente ocorra a abertura do Envelope nº 02 (Proposta de Preços) antes do Envelope nº 01 (Documentos para Habilitação), por falta de informação na parte externa dos envelopes, será novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

6. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

6.1 A presente licitação será processada e julgada com observância do seguinte procedimento:

6.2 Recebimento e assinatura nos lacres dos envelopes nº 01 e nº 02 por todos os membros da Comissão e licitantes presentes.

6.3 Abertura do envelope n.º 01 da **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**, apreciações, verificações de sua conformidade com as exigências deste edital e rubrica de todas as folhas por todos os presentes.

6.4 No ato seguinte, a Comissão de Licitação abrirá vista da "documentação de habilitação" a todos os Licitantes presentes, momento em que estes poderão colocar seus questionamentos.

6.5 A critério da Comissão de Licitação poderá ser suspensa a SESSÃO, por tempo determinado pela mesma, para melhor análise dos documentos de habilitação e questionamentos dos licitantes.

6.6 Os eventuais registros em Ata, de questões de ordem ou protestos de Licitantes, conquanto possíveis, não terão efeito de recurso e não serão objeto de decisão, pela Comissão de Licitação, nessa SESSÃO, servindo apenas de subsídio aos respectivos interessados, na hipótese de virem a interpor recurso, no tempo oportuno.

6.7 Após a análise pela Comissão dos documentos de habilitação, a mesma dará ciência aos licitantes da HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO de cada empresa, expondo a fundamentação da decisão.

6.8 Inexistindo recurso(s) contra a decisão referente à fase de habilitação, ou sendo este(s) julgado(s), a Comissão providenciará, se for o caso, a devolução dos ENVELOPES DE N.º 02, lacrados, aos respectivos Licitantes inabilitados, mediante recibo.

6.9 No caso dos Licitantes inabilitados se recusarem a receber os envelopes de proposta ou se seus representantes estiverem ausentes, estes ficarão à disposição para retirada, mediante recibo, com a Comissão de Licitação, durante o período de 30 (trinta) dias. Findo este prazo a PMMO não terá nenhuma responsabilidade sobre os mesmos.



6.10 Caso todos os Licitantes **desistam expressamente do direito de recurso** referente à fase de habilitação (Art. 43, III, da Lei n.º 8.666/93), poderá a Comissão de Licitação, na mesma "SESSÃO PÚBLICA" prosseguir na fase de abertura, análise e julgamento das propostas (Envelopes de n.º 02).

6.11 Após o encerramento da fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

6.12 Caso tenha sido designada nova SESSÃO para abertura das propostas de preço, por conta de recurso ou a critério da Comissão, aberta a nova SESSÃO, a Comissão efetuará a abertura dos envelopes contendo as propostas de preço na presença dos licitantes presentes, rubricando todos os documentos de cada envelope. A Comissão de Licitação convidará os Licitantes para, também, rubricarem toda a documentação de cada envelope (Art. 43, § 2º da Lei n.º 8.666/93) abrindo vista das propostas a todos os licitantes presentes.

6.13 Concluídos os trabalhos de apreciação e julgamento das propostas, será elaborada ATA CONSUBSTANCIADA, contendo o julgamento da fase de classificação, consignando a relação dos Licitantes desclassificados, bem como anexando o respectivo QUADRO OU MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS.

6.14 A Comissão de Licitação intimará os Licitantes presentes desse ato, bem como providenciará publicação de AVISO específico, no Diário Oficial do Estado, correndo o prazo para recurso, a contar do dia útil seguinte ao da respectiva sessão ou publicação, devendo constar da referida Ata a desistência expressa de recurso por parte dos licitantes presentes, caso ocorra.

6.15 O resultado final da licitação tornar-se-á definitivo ao ser homologado pela autoridade competente da PMMO.

6.16 Dos atos e decisões da Comissão cabe recurso na forma e prazos fixados no artigo 109 da Lei 8.666/93, iniciando a contagem do prazo no dia útil seguinte ao da publicação da decisão ou no dia útil subsequente ao da realização da "SESSÃO PÚBLICA", dispensando-se a publicação **desde que**:

- a) os prepostos de TODOS OS LICITANTES estejam presentes à respectiva reunião;
- b) seja feita a comunicação do resultado do julgamento, diretamente aos respectivos Licitantes;
- c) essa circunstância seja lavrada na Ata da respectiva "SESSÃO PÚBLICA".

6.16.1 Caso o recurso seja referente à fase de habilitação, a Comissão designará nova data para abertura dos ENVELOPES DE N. 02, permanecendo os mesmos devidamente lacrados em poder da Comissão.

6.16.2 Os recursos deverão ser protocolados no endereço constante do preâmbulo deste Edital no horário de funcionamento da Prefeitura (07 às 13 horas) até o último dia do prazo determinado na Lei 8.666/93.

6.16.3 A Comissão dará publicidade à interposição de recursos para ciência dos demais participantes, a fim de que exerçam a faculdade de impugnação, processando os recursos e impugnações na forma definida na Lei 8.666/93.



6.17 A Comissão de Licitação, sempre que necessário, poderá valer-se de assessoramento dos órgãos técnicos e jurídico da PMMO ou de outros organismos, para fins de emissão de pareceres técnicos destinados a subsidiar as suas decisões no curso desta Licitação.

6.18 Será facultado aos Licitantes o conhecimento dos documentos constantes do processo licitatório, bem como vista dos autos do processo licitatório, **EM BALCÃO**, inclusive para fins de recurso, se for o caso, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, em dias úteis, no horário de funcionamento.

6.19 A Comissão de Licitação poderá realizar diligências, bem como solicitar, a qualquer dos Licitantes, informações ou esclarecimentos complementares, a fim de permitir a formação de melhor juízo sobre o objeto desta Licitação, suas especificações, características, etc., desde que desse fato não resulte inovação da proposta nem a inserção de documentos que originalmente deveriam ter sido apresentados.

6.20 Nos casos em que a Comissão constate a existência de erros numéricos nas Propostas de Preços sendo estes não significativos proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da Proposta obedecendo às seguintes disposições:

- a) Havendo divergências entre o preço total final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso prevalecerá este último.
- b) Havendo divergência nos sub-totais, proveniente dos quantitativos por preços unitários, a Comissão procederá a correção dos subtotais mantidos os preços unitários constantes das propostas alterando em consequência o valor do total da proposta.
- c) Incorreção nos somatórios, admitida desde que não significativa e a proposta sendo vencedora caberá a retificação também com a correspondente adequação.

6.21 No caso de empate entre as Propostas de menor preço será decidido por sorteio público, conforme dispõe o § 2º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, vedado qualquer outro tipo de procedimento.

6.22 Não serão admitidas sob quaisquer motivos ou hipótese modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos, bem como não será levado em conta, para efeito de julgamento, quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital e nem oferta de redução de preços que visem alterar a classificação das propostas, estando o ofertante sujeito às penalidades previstas na legislação vigente.

6.23 Serão desclassificadas as propostas:

- a) Cujo preço final proposto para o fornecimento do objeto do certame licitatório seja manifestadamente excessivo ou inexecutável, assim consideradas aquelas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade com valores inferiores a 70% do valor orçado pela Administração;
- b) Que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação bem como as que omitam preços e quantitativos de serviços e/ou equipamentos constantes das especificações técnicas e/ou projetos, **cujos valores sejam considerados relevantes** a ponto de tornar inexecutável a proposta;
- c) Que se apresentarem com rasuras, entrelinhas, erros substanciais de cálculo, preços unitários simbólicos, irrisórios de valor zero ou incompatíveis comprovadamente com os praticado no mercado



distorções significativas ou ainda cujos elementos técnicos fornecidos não se mostrarem satisfatórios tendo em vista os indicadores para avaliação determinados e estabelecidos neste Edital.

6.24 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as Propostas de Preços não mais cabe desclassificar as licitantes por motivos relacionados com qualificação e idoneidade financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou ainda aqueles conhecidos somente após o julgamento.

6.25 As propostas de preços serão analisadas e classificadas por ordem crescente dos valores apresentados e eventualmente corrigidas. Será declarada vencedora a proposta que, cumprindo as exigências deste Edital e de seus anexos, da Lei n° 8.666/93 oferecer o **menor preço global**, depois de corrigido, se for o caso, classificando-se as demais na ordem crescente dos valores das propostas apresentadas.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Para a habilitação na licitação exigir-se-á dos interessados a apresentação da seguinte documentação:

- a) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal (anexo II);
- b) Declaração constando que o Licitante não se encontra cumprindo pena de **"inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública"**, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal (Artigo 87 da Lei n.º 8.666/93), conforme modelo constante do Anexo III, ou equivalente;
- c) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial.
- d) Termo de Compromisso, conforme modelo constante do Anexo I.

I – Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documentos de eleição da última administração;
- b) No caso de sociedade civil, Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da diretoria em exercício;
- c) Registro comercial no caso de empresa Individual;
- d) Cópia da Cédula de identidade dos sócios da empresa.

II – Regularidade Fiscal

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante;
- c) Certidão Negativa da Receita Federal/Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria da Fazenda.
- d) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa da Fazenda Municipal/Dívida Ativa da empresa, emitidos pela Prefeitura da sede da licitante;
- f) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Certidão de Regularidade relativa ao INSS.



- h) Certidão Negativa Trabalhista.
- i) Alvará de Funcionamento/2014.

III – Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão técnica através da apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de que a empresa realizou obra ou serviço similar ao objeto da presente licitação.
- b) Capacitação técnico-profissional: comprovação de que a empresa possui na data prevista para a entrega da proposta, profissional técnico ou de nível superior, habilitado para execução do objeto do Edital.
- c) Declaração de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (conforme Anexo VII)

7.2 Todos os documentos exigidos nos itens 4, 7 e 8 (credenciamento, habilitação e proposta de preço com as respectivas planilhas), que deverão ser apresentados de forma impressa em conformidade com o presente Edital, deverão também ser copiados em arquivo imagem JPG e entregues à CPL em meio digital (CD, Pendrive, etc) para fins de atendimento ao Layout do sistema APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 Para a Proposta de Preços exigir-se-á dos interessados o seguinte:

8.1.1 Carta endereçada à Comissão de Licitação da PMMO, em papel timbrado da empresa contendo a razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, telefone, fax e e-mail do Licitante, bem como o número da conta corrente, número do banco, número e nome da agência pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados na hipótese de sagrar-se vencedor desta Licitação, conforme modelo (ANEXO IV) relacionando ainda os seguintes itens:

a) Preço global em valor numérico e por extenso;

b) Prazo de validade da Proposta, no mínimo de 90 (noventa) dias, contados de sua apresentação.

8.2 Planilha de Execução e Cronograma físico financeiro, constante do Anexo VI do Edital (pasta);

8.2.1 A PMMO analisará o cronograma físico-financeiro da licitante classificada em primeiro lugar, adequando-o, se necessário e de comum acordo com a empresa, às reais condições e necessidades de execução;

8.3 Nos preços unitários propostos devem estar computadas todas as despesas necessárias, inclusive custo de transporte, de depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e outros.

8.4 A proposta deverá ser apresentada em linguagem clara e sem emendas, rasuras ou entrelinhas que prejudiquem a sua compreensão, total ou parcial;



8.5 A empresa licitante será a única responsável pelos quantitativos apresentados, não cabendo, em nenhuma hipótese, reivindicação posterior quanto ao pagamento pela PMMO, de obras, serviços, materiais e/ou equipamentos não orçados explicitamente;

8.6 A contagem do prazo de validade da proposta será suspensa na hipótese de adiamento do processo, em decorrência de Recurso, Impugnação de Recurso, prorrogação por força maior ou caso fortuito.

8.7 TODAS AS PLANILHAS E CRONOGRAMAS QUE INTEGRAM A PROPOSTA DE PREÇO TAMBÉM DEVERÃO SER ENTREGUES EM MEIO DIGITAL À COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO LAYOUT DO GEOBRAS DO TCE-MT.

9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

9.1 Transcorrida a fase de recurso, a Comissão remeterá os autos do processo, devidamente informados, à autoridade competente para homologação, a qual decidirá em última instância, podendo, inclusive, anular o Processo Licitatório, parcial ou totalmente, em caso de ilegalidade devidamente fundamentada, bem como, revogar o Processo Licitatório, demonstrado o interesse público da PMMO, com posterior divulgação na Imprensa Oficial do Estado e da União.

9.2 Homologado o resultado, será celebrado o contrato, na forma da minuta constante do Anexo V, obrigando-se o Licitante vencedor a comparecer perante a PMMO para formalização do mesmo **no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos**, contados do recebimento da convocação.

9.3 O Contrato a ser celebrado com a vencedora observará rigorosamente as condições estabelecidas neste Edital, resguardadas as disposições regulamentares do Termo Contrato Padrão da PMMO, que se encontra no Anexo V deste Edital. As disposições deste Edital, inclusive de seus anexos, bem como a proposta do Licitante adjudicatário, farão parte integrante e complementar do contrato, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição.

10. DOS PRAZOS

10.1 A **CONTRATADA** observará o prazo de **02 (dois) dias**, contados da data do recebimento da **“ORDEM DE SERVIÇO”**, para o início das obras contratadas.

10.2 As etapas de serviço constantes do Cronograma Físico Financeiro são de 02 (dois) meses consecutivos.

10.2.1 A **PMMO** analisará o cronograma físico-financeiro da licitante classificada em primeiro lugar, adequando-o se necessário, e de comum acordo com a empresa, às reais condições e necessidades de execução;

10.3 O prazo de vigência do contrato será de 02 (dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado e anterior ao término da vigência.



10.4 - Será admitida a prorrogação do prazo somente quando houver impedimentos, decorrentes de fatos alheios à vontade da empresa vencedora ou por motivo de força maior, que paralise ou restrinjam a execução dos serviços. A responsabilidade da CONTRATADA deverá ser atestada e reconhecida pela Administração Municipal. Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados pela empresa por escrito 48 (quarenta e oito) horas após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito até 02 (dois) dias antes do vencimento do prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

10.5 Na hipótese do item 10.4, ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, em conformidade com o artigo 79, § 5º da Lei 8666/93.

11. DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Os recursos a serem aplicados na execução do objeto são recursos próprios.

11.2 As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 0623- 05.003.12.361.0005.11.70.4.4.90.51

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários decorrentes de modificações de quantitativos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado.

12.2 Comunicar a Administração por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades relativos à execução do fornecimento do Contrato, total ou parcialmente, por motivos supervenientes.

12.3 A Empresa contratada é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação.

12.4 A CONTRATADA será responsabilizada, diretamente, pela indenização, das perdas e danos, e qualquer prejuízo causado à PMMO ou terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, na execução dos serviços contratados, obrigando-se a assumir a condição de litisconsorte passiva quando denunciada à lide em ação judicial específica.

12.5 Providenciar o registro do contrato da obra no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da região.

12.6 Deverá obrigatoriamente a contratada manter durante o prazo de execução do contrato, compatibilidade com as responsabilidades por si assumidas com relação às condições exigidas na licitação.



12.7 A CONTRATADA é integralmente responsável pela execução da obra nos termos do Código Civil Brasileiro e pelo fiel cumprimento do contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, sendo que a presença da fiscalização da PMMO não exclui essa responsabilidade.

12.8 Manter a guarda da obra até o seu recebimento definitivo.

12.9 Manter a ordem e a disciplina no canteiro de obras e utilizar, na execução do projeto, pessoal que não terá com a PMMO qualquer vinculação, os quais deverão ter idoneidade moral e habilitação técnica condizente com os serviços que deverão executar.

12.10 Responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeição técnica das obras, inclusive quanto à qualidade, quantidade, acabamento, e processo de aplicação do material a empregar, bem como pela reexecução dos serviços que não forem aceitos pela fiscalização da PMMO ou do órgão concedente dos recursos desta licitação, em decorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, não cabendo, nestes casos, ônus de qualquer espécie para a PMMO ou dilatação dos prazos de execução.

13. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O Contrato decorrente da presente Licitação, poderá ser alterado, devidamente justificado, conforme Art. 65 da Lei 8.666/93, mediante lavratura de Termos Aditivos, que passarão a fazer parte do procedimento licitatório.

14. DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

14.1 Os pagamentos serão efetuados dentro de até 20 (vinte) dias a contar da entrada das notas fiscais na Secretaria Municipal de Fazenda, observadas as medições inerentes à evolução da obra.

14.1.1 O primeiro pagamento fica condicionado à apresentação pela licitante vencedora da ART de Execução da obra e da apresentação de ART de Fiscalização emitido pelo profissional nomeado pela PMMO.

14.1.2 Os pagamentos serão sempre efetuados após as medições inerentes à evolução da obra e a fiscalização de responsável designado pela Prefeitura, através de transferência bancária, para crédito em conta de titularidade da contratada, condicionado à comprovação do Registro do contrato no CREA.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização da obra objeto deste Edital, será efetuada por profissional habilitado, nomeado pela autoridade competente da PMMO.

15.2 O profissional nomeado pela PMMO emitirá a ART de fiscalização.

15.3 Após fiscalização pelo profissional nomeado pela PMMO e constatação da conclusão da obra de acordo com as especificações do projeto, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo da Obra.



16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 A contratada, em razão de inadimplência inclusive as referentes ao retardamento na execução da obra, salvo se ensejadas por motivo de força maior, caso fortuito, ato da administração e ou sujeição imprevista, submeter-se-á às sanções indicadas no Capítulo IV, Seção II da Lei 8666/93.

16.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo fixado neste Edital, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total, atualizado, de sua proposta, bem como a aplicação de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PMMO, pelo período de até 02 (dois) anos ou a declaração de sua inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no art. 87, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.

16.3 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora diária de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), limitada a 10%(dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, bem como das demais penalidades previstas em Lei.

16.4 O descumprimento de qualquer cláusula ou condição do(s) contrato(s) decorrente(s) desta licitação, facultará à parte prejudicada a sua rescisão, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA pela indenização por perdas e danos, ou, a critério da **PMMO**, pela multa compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor global do contrato, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, devidamente caracterizados.

16.5 As multas previstas neste Edital e nos Contratos poderão ser pagas espontaneamente, compensadas com os pagamentos devidos ao(s) contratado(s), ou, ainda, cobradas executivamente.

17. DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual:

17.1.1 Unilateralmente, desde que se configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção. V Art. 78, incisos XII e XIII, da Lei federal 8.666/93, com suas alterações.

17.1.2 Judicialmente, nos termos da legislação.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 Executado o Contrato, o seu objeto será recebido conforme disposições dos Artigos 73 e 74 da Lei das Licitações e Contratos Administrativos.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL, RECURSOS E ESCLARECIMENTOS

19.1 Eventual impugnação aos termos do presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 41 da Lei 8.666/93, e deverá ser dirigida, por escrito, ao Presidente da CPL, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.



19.2. Os recursos cabíveis deverão observar, quanto à sua interposição, o prazo de 05 dias úteis a contar da intimação do ato, observando a forma de contagem prevista no artigo 110 e seu § único, da Lei nº 8.666/93.

19.2.1. Na hipótese da interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações, no local indicado para a realização do certame, em dias úteis, no horário de expediente da Prefeitura.

19.2.2. São requisitos indispensáveis ao conhecimento do recurso:

- a) o seu endereçamento à Comissão Permanente de Licitação;
- b) a observância da forma escrita, com a assinatura do licitante ou seu representante legal;
- c) a legitimidade e o interesse recursal;
- d) a fundamentação e pedido;
- e) a tempestividade.

19.3 A impugnação e/ou o recurso interpostos, deverão ser comunicados à CPL, imediatamente após a sua apresentação, devendo o original ser enviado em até 48 horas para a Seção de Licitações.

19.4 A solicitação de esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação, deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 2º dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório, em dias de expediente, no horário de expediente da Prefeitura, no endereço constante do preâmbulo deste edital ou pelos telefones (065) 3241.1914 e fax (65) 3241.3591.

19.5. Os esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos formalmente, por escrito.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Sem prejuízo do caráter público de todos os atos do procedimento licitatório não se admitirá durante a análise de cada proposta a interferência de pessoas estranhas à Comissão de Licitação a qualquer título ressalvada a hipótese de requisição pela própria Comissão da participação de profissionais de área técnica especializada, visando ao exame de dados, informações ou documentos.

20.2 A Administração a qualquer tempo, antes da data de apresentação da documentação e das propostas ofertadas, poderá promover alterações concernentes a esta licitação por sua iniciativa fornecendo aos interessados que houverem adquirido o Edital, o correspondente adendo, e publicando as aludidas alterações nos mesmos veículos inicialmente utilizados para a convocação e em sendo o caso, poderá adiar a data do recebimento dos documentos de habilitação e propostas.

20.3 As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da ofertante, sendo-lhe vedado reclamar qualquer indenização da Administração.

20.4 As omissões porventura existentes neste Edital serão sanadas pela Comissão de Licitação da PMMO observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos interessados.



20.5 A todos os licitantes que adquirirem o Edital será dado conhecimento de quaisquer impugnações ou pertinentes pedidos de esclarecimento de dúvidas e suas respectivas respostas afixadas no Quadro de Avisos da PMMO e que passarão incontinentemente a integrar o presente ato convocatório.

20.6 O município e comarca de Mirassol D'Oeste - MT será considerado domicílio desta Licitação e foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e procedimentos dela resultantes.

20.7 As decisões pertinentes a anulação ou revogação desta licitação assim como as relativas a aplicação das penalidades previstas serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE)/da União (DOU), a fim de assegurar o princípio do contraditório e da ampla defesa;

20.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, salvo se expresso em contrário, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

20.9 Para efeito de contagem dos prazos, o expediente na PMMO é das 07 às 13 horas, sendo considerado intempestivo o recurso quando não for recebido no protocolo da PMMO até às 13 horas do último dia do prazo.

MIRASSOL D'OESTE - MT, 18 de novembro de 2014.

Célia Regina de Mattos Prado
Presidente da CPL
Portaria 075 de 21 de janeiro 2014

Evanildo Luiz da Silva
Membro da CPL
Portaria 075 de 21 de janeiro 2014

Mara Aparecida Amarante
Membro da CPL
Portaria 075 de 21 de janeiro 2014



ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO

EXMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE – MT.

Pelo presente Termo de Compromisso, propomo-nos a executar a obra de que trata o Edital de Tomada de Preços n.º 14/2014 – PMMO, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇO e de acordo com as Planilhas especificadas no Edital.

Declaramos ainda que:

- a) Iniciaremos a execução dos serviços dentro do prazo de 02 (dois) dias corridos contados a partir da data de entrega da Ordem de Serviço.
- b) Nos submetemos às condições e exigências do Edital em todas as fases da licitação;
- c) Assumimos inteira responsabilidade pela EXECUÇÃO DA OBRA nos prazos da proposta e que nos sujeitamos às condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços n.º 14/2014 – PMMO;
- d) Reconhecemos que a SAD/PMMO tem o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, os serviços iniciados caso estes não estejam sendo executados de acordo com as disposições do Edital e do contrato.
- e) Concordamos em firmar o contrato para execução da obra discriminada na presente proposta pelos respectivos preços se para isso formos notificados pela Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT;
- f) A validade da presente proposta é de 120 (cento e vinte) dias contados a Partir da data de apresentação da mesma.
- g) Não existem fatos que impeçam a habilitação da empresa.

Mirassol D'Oeste, _____/_____/_____

ASSINATURA

Nome:

Cargo que ocupa na empresa

RG:

CPF:



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO, PARA SITUAÇÃO PREVISTA NO ITEM 7.1 alínea “a” DO EDITAL

A Licitante-----, inscrita no CNPJ/MF n.º-----, sediada no endereço-----, Cidade-----, CEP-----, por seu representante legal, e para fins de participação na Tomada de Preços n. 14/2014 PMMO, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE:

Para os devidos fins e sob as penas da lei, não possuir em seu quadro, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Mirassol D'Oeste, ____/____/____

ASSINATURA

Nome:

Cargo que ocupa na empresa

RG:

CPF:



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA SITUAÇÃO PREVISTA NO ITEM 7.1 alínea “b” DO EDITAL

O Licitante _____, CNPJ/MF no. _____
_____/____-____, **por seu representante legal**, declara, sob as penas da lei, que não está cumprindo pena de "INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA", em relação a qualquer de suas esferas Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, nos termos previstos no Art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/93.

Mirassol D'Oeste, _____/_____/_____

ASSINATURA

Nome:

Cargo que ocupa na empresa

RG:

CPF:



ANEXO IV

(MODELO DE CARTA PROPOSTA)

À PRESIDENTE DA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2014 – PMMO
DATA: _____

Senhora Presidente,

Encaminhamos a essa Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT nossa Proposta em anexo referente à Licitação em epígrafe, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE REDE DE ALTA TENSÃO NA E. M. INEDI F. C. QUEIROZ, em conformidade com as especificações e projetos anexos ao Edital.

Nossa proposta tem preço unitário e total dos serviços da Tomada de Preços em epígrafe e o prazo de validade da mesma é de 90 (noventa) dias a partir de sua abertura, conforme planilhas anexas.

Seguem os dados da empresa, caso se sagre vencedora do certame:

Razão Social: _____	CNPJ: _____
Endereço: _____	
Bairro: _____	CEP: _____
Cidade _____	Estado _____
Telefone: _____	Fax: _____
E-mail: _____	
Banco: _____	
Conta Corrente n _____	Agência: _____

Atenciosamente

ASSINATURA

Nome:

Cargo que ocupa na empresa

RG:

CPF:



ANEXO V

(MINUTA DO CONTRATO)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° ____/2014-PMMO

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE
....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO
DE MIRASSOL D'OESTE E A EMPRESA.....

Pelo presente instrumento contratual, regido pela Lei Federal n° 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa à Rua Antônio Tavares, 3.310, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n° 03.755.477/0001-75, representado neste ato pelo atual Prefeito, Sr. ELIAS MENDES LEAL FILHO, portador da Cédula de Identidade RG n° e CPF n°, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua, Bairronesta cidade de Mirassol D'Oeste. doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n°, estabelecida à Rua, Casa n°, Bairro, CEP, em – MT, representada neste ato pelo seu Diretor,....., Sr., brasileiro,,, residente à Rua, Casa n°, Bairro – –, portador da Cédula de Identidade n° SSP/..... e CPF n°, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Este Contrato tem por objeto a, em conformidade com as especificações e projetos anexos ao Edital, sob a forma de empreitada global de acordo com os elementos discriminados na Tomada de Preços n.º 14/2014, adjudicada em ...2014 e homologada em .../2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Integram este Contrato, como seus anexos necessários, o Edital, os projetos, as especificações, e os demais elementos técnicos, bem com a proposta da **CONTRATADA**, apresentada na Tomada de Preços n.º 14/2014/PMMO.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

3.1 Os pagamentos serão efetuados dentro de até 20 (vinte) dias a contar da entrada das notas fiscais na Secretaria Municipal de Fazenda, observadas as medições inerentes à evolução da obra.

3.2 O primeiro pagamento fica condicionado à apresentação pela licitante vencedora da ART de execução da obra e apresentação de ART de Fiscalização emitido pelo profissional nomeado pela PMMO.



3.3 Os pagamentos serão sempre efetuados após as medições inerentes à evolução da obra e a fiscalização de responsável designado pelo Município, através de transferência bancária, para crédito em conta de titularidade da contratada, condicionado à comprovação do registro do contrato no CREA.

3.4 Após fiscalização pelo profissional nomeado pela PMMO e constatação da conclusão da obra de acordo com as especificações do projeto, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 A **CONTRATADA** observará o prazo de 02 (dois) dias, contados da data do recebimento da **“ORDEM DE SERVIÇO”**, para o início das obras contratadas.

4.2 As etapas de serviço constante do Cronograma Físico - Financeiro serão de 02 (dois) meses consecutivos.

4.3 A PMMO analisará o cronograma físico-financeiro da licitante classificada em primeiro lugar, adequando-o se necessário, e de comum acordo com a empresa, às reais condições e necessidades de execução;

4.4 O prazo de vigência do contrato será de 02 (dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado e anterior ao término da vigência.

4.5 Será admitida a prorrogação do prazo somente quando houver impedimentos, decorrentes de fatos alheios à vontade da CONTRATADA ou por motivo de força maior, que paralise ou restrinjam a execução dos serviços. A responsabilidade da CONTRATADA deverá ser atestada e reconhecida pela Administração Municipal. Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados pela empresa por escrito 48 (quarenta e oito) horas após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito 02 (dois) dias antes do vencimento do prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

4.6 Na hipótese do item 4.5, ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, em conformidade com o artigo 79, § 5º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos a serem aplicados na execução do objeto são recursos próprios.

5.2 As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 0623-05.003.12.361.0005.11.70.4.4.90.51

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários decorrentes de modificações de quantitativos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual.



6.2 Comunicar a Administração por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivos supervenientes.

6.3 A Empresa contratada é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação.

6.4 A CONTRATADA será responsabilizada, diretamente, pela indenização, das perdas e danos, e qualquer prejuízo causado à PMMO ou terceiros, por ação ou omissão sua, de seus prepostos, na execução dos serviços contratados, obrigando-se a assumir a condição de litisconsorte passiva quando denunciada à lide em ação judicial específica.

6.5 Providenciar o registro do contrato da obra no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da região.

6.6 Deverá obrigatoriamente a contratada manter durante o prazo de execução do contrato, compatibilidade com as responsabilidades por si assumidas com relação às condições exigidas na licitação.

6.7 A CONTRATADA é integralmente responsável pela execução da obra nos termos do Código Civil Brasileiro e pelo fiel cumprimento do contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, sendo que a presença da fiscalização da PMMO não exclui essa responsabilidade.

6.8 Manter a guarda da obra até o seu recebimento definitivo.

6.9 Manter a ordem e a disciplina no canteiro de obras e utilizar, na execução do projeto, pessoal que não terá com a PMMO qualquer vinculação, os quais deverão ter idoneidade moral e habilitação técnica condizente com os serviços que deverão executar.

6.10 Responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeição técnica das obras, inclusive quanto à qualidade, quantidade, acabamento, e processo de aplicação do material a empregar, bem como pela reexecução dos serviços que não forem aceitos pela fiscalização da PMMO, em decorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, não cabendo, nestes casos, ônus de qualquer espécie para a PMMO ou dilatação dos prazos de execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES

7.1 Fica proibido à **CONTRATADA**:

a) caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;

b) opor, em qualquer circunstância, direito de retenção sobre os serviços.

**CLAUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8.1 O presente Contrato poderá ser alterado, devidamente justificado, conforme Art. 65 da Lei 8.666/93, mediante lavratura de Termos Aditivos, que passarão a fazer parte do contrato e do procedimento licitatório.

CLAUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização das obras será efetuada por profissional habilitado, nomeado pela autoridade competente da PMMO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 A contratada, em razão de inadimplência inclusive as referentes ao retardamento na execução da obra, salvo se ensejadas por motivo de força maior, caso fortuito, ato da administração e ou sujeição imprevista, devidamente justificados, submeter-se-á às sanções indicadas no Capítulo IV, Seção II da Lei 8.666/93.

10.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo fixado no Edital, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total, atualizado, de sua proposta, bem como a aplicação de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PMMO, pelo período de até 02 (dois) anos ou a declaração de sua **inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no art. 87, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.

10.3 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora diária de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), limitada a 10%(dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei.

10.4 O descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato facultará à parte prejudicada a sua rescisão, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA pela indenização por perdas e danos, ou, a critério da **PMMO**, pela multa compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor global do contrato, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, devidamente caracterizados.

10.5 As multas previstas no Contrato poderão ser pagas espontaneamente, compensadas com os pagamentos devidos ao(s) contratado(s), ou, ainda, cobradas executivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual:

11.1.1 Unilateralmente, desde que se configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção. V Art. 78, incisos XII e XIII, da Lei federal 8.666/93, com suas alterações.

11.1.2 Judicialmente, nos termos da legislação.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO

12.1 Executado o Contrato, o seu objeto será recebido conforme disposições dos Artigos 73 e 74 da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, sendo atestado pela Administração Municipal, que lavrará o “**TERMO DE RECEBIMENTO**”, dentro de 05 (cinco) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – A **CONTRATANTE** admitirá alterações de especificações a seu critério, suficientemente justificados e fundamentados com a necessária antecedência.

13.2 – Fica eleito o Foro da Comarca a que está judicialmente vinculado o Município de Mirassol D'Oeste - MT, para dirimir quaisquer dúvidas com a recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.3 – E por estarem justos e acordados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 05 (cinco) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Mirassol D'Oeste - MT, _____ de _____ de 2014.

CONTRATANTE

PREF. MUN. DE MIRASSOL D'OESTE

CONTRATADA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

RG:

CPF:

NOME:

RG:

CPF:



ANEXO VI

- PLANILHA DE EXECUÇÃO;
 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.
- (ARQUIVOS NO SETOR DE LICITAÇÕES)



ANEXO VII

Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Declaramos, para fins de participação na Tomada de Preços 14/2014 que a empresa _____, CNPJ _____, através de seu representante legal, _____ (cargo/função que desempenha na empresa), CPF _____, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Mirassol D'Oeste, de de 2014.